



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e diante do que dispõem o Art. 1º, IV e XVI c/c Art. 2º, II, ambos da Lei Complementar n.º 084/2012, bem como o Art. 1º, III e XV; Art. 2º, inciso II e Art. 3º, caput, do Regimento Interno (Ato n.º 16/2013).

CONSIDERANDO a precípua atividade pedagógica desta Corte de Contas e a necessidade de uniformização dos processos de fixação de remuneração dos agentes políticos e dos servidores públicos, no âmbito municipal, bem como dos demais atos de reajuste e revisão dos mesmos;

CONSIDERANDO, ainda, as disposições normativas, insculpidas nos artigos 29, VI; 37, X; 51, IV; 61, §1º, II, "a", todos da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO, por fim, os termos da resposta à Consulta formulada nos autos do Processo n.º 201407792-00, de Relatoria da Conselheira MARA LÚCIA, aprovada à unanimidade, conforme Resolução n.º 11.516 (Anexo Único), de 05.07.14;

RESOLVE:

Aprovar a Instrução Normativa n.º 004/2015, nos seguintes termos:

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 004/2015.

Disciplina os procedimentos de fixação de remuneração dos agentes políticos e dos servidores públicos, no âmbito municipal, bem como dos demais atos de reajuste e revisão correlatos.

TÍTULO I
DA FIXAÇÃO

Art. 1º. A fixação dos subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais deverá, obrigatoriamente, ser instituída através de lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, não incidindo sobre a mesma, a vedação de anterioridade, conforme art. 29, V, da CF/88;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 2º. A fixação dos subsídios dos Vereadores poderá ser instituída através de lei específica, Resolução ou Decreto Legislativo, cabendo a iniciativa, em qualquer caso, à própria Câmara Municipal, vinculada à regra da anterioridade, ou seja, fixada de uma legislatura para a subsequente, nos termos do **art. 29, VI, da CF/88.**

Art. 3º. A fixação da remuneração dos servidores do Poder Executivo Municipal será instituída, obrigatoriamente, por lei específica, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, a qualquer tempo, nos termos do **art. 37, X, c/c art. 61, §1º, II, "a", da CF/88.**

Art. 4º. A fixação da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal será instituída, obrigatoriamente, por lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, a qualquer tempo, nos termos do **art. 37, X, c/c art. 51, IV, da CF/88.**

**TÍTULO II
DA REVISÃO**

Art. 5º. A Revisão Geral Anual, tal como prevista no **art. 37, X, da CF/88,** corresponde à reposição das perdas inflacionárias, anualmente apuradas, concedida linearmente a todos os servidores públicos, por meio de lei específica, obrigatoriamente, mediante a qual, extensível aos agentes políticos.

§1º. No ato legal de concessão da Revisão Geral Anual, deverá ser consignado, obrigatoriamente, o índice de inflação oficial utilizado, bem como o período de apuração da inflação acumulada, sob pena de glosa da despesa e possibilidade de rejeição da prestação de contas;

§2º. Qualquer valor que exceda à recomposição das perdas inflacionárias apuradas importará em aumento real remuneratório, correspondendo a reajuste.

Art. 6º. A revisão dos subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais, será procedida através lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, desde que precedida de revisão geral concedida aos servidores do Executivo, na mesma data, período de apuração e índice inflacionário aplicado.

Art. 7º. A revisão dos subsídios dos Vereadores poderá ser efetivada através de lei específica, Resolução ou Decreto



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Legislativo, de iniciativa da Câmara Municipal, desde que precedida de revisão geral concedida aos servidores do Legislativo, na mesma data, período de apuração e índice inflacionário aplicado.

Art. 8º. A revisão da remuneração dos servidores do Poder Executivo Municipal será procedida, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, nos termos do **art. 37, X c/c art. 61, §1º, II, "a",** ambos da **CF/88;**

Art. 9º. A revisão da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal será procedida, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, nos termos do **art. 37, X c/c art. 51, IV,** ambos da **CF/88.**

**TÍTULO III
DO REAJUSTE**

Art. 10. O Reajuste constitui aumento real, decorrente de reestruturação e/ou melhoria de determinadas carreiras no setor público ou, ainda, correspondente a ajuste no valor do vencimento-base do trabalhador, para reequilibrá-lo com o custo de vida.

Parágrafo Único. É vedada a concessão de reajuste aos agentes políticos, no curso da legislatura/mandato.

Art. 11. O reajuste da remuneração dos servidores do Poder Executivo Municipal será feita, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, nos termos do **art. 37, X, da CF/88.**

Art. 12. O reajuste da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal será feita, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, vedada a utilização de outros instrumentos normativos, nos termos do **art. 37, X, c/c art. 51, IV, da CF/88;**

**TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 13. Em todos os casos de fixação, revisão ou reajuste, previstos nesta Instrução Normativa, caberá à administração pública realizar o prévio levantamento de planejamento e impacto orçamentário-financeiro, nos termos do **art. 165, da CF/88 c/c art. 17, da LRF.**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 14. Para a fixação de subsídios aos agentes políticos, bem como para eventual concessão de revisão geral anual, deverão ser observados, em cada caso, os limites fixados pela Constituição Federal, sob pena de glosa da despesa realizada a maior.


Art. 15. Os atos de fixação, revisão e/ou reajustes, serão obrigatoriamente encaminhados para cadastramento neste TCM-PA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua aprovação, sob pena de multa, na forma regimental.

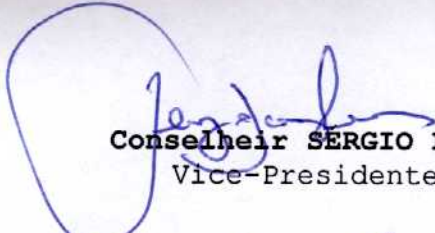
Art. 16. As despesas realizadas com o pagamento de subsídios de agentes políticos e de remuneração dos servidores públicos municipais, que não atenderem aos comandos normativos referenciados e ao que prevê esta Resolução, serão passíveis de glosa, com repercussão na prestação de contas do exercício, sob a responsabilidade do Ordenador vinculado.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a partir do dia 05 de junho de 2014.

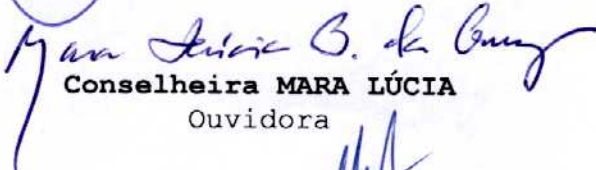
Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 23 de março de 2015.


Conselheiro CEZAR COLARES
Presidente


Conselheiro SÉRGIO LEÃO
Vice-Presidente


Conselheiro DANIEL LAVAREDA
Corregedor


Conselheira MARA LÚCIA
Ouvidora

Conselheiro ALOÍSIO CHAVES


Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO


Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO, VOTO E RESOLUÇÃO DO
PROCESSO DE CONSULTA N.º 201407792-00

RESOLUÇÃO N.º 11.516

Processo n.º: 201407792-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu

Interessado: Arnaldo Santos da Cruz

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

RELATÓRIO

ARNALDO SANTOS DA CRUZ, Procurador Geral do Município de Vitória do Xingu, encaminhou **CONSULTA** (fl. 01), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde, considerando que "a alteração do subsídio dos agentes políticos municipais, no curso da legislatura, somente ocorrerá na hipótese de Revisão Geral Anual" (**Orientação Técnica n.º 01/2012-TCM/PA**), requer, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto a seguinte questão:

"Tratando-se de Revisão Geral Anual e não de fixação, o subsídio do Prefeito, Vice Prefeito e Secretário Municipal, será recomposto mediante Lei de iniciativa do Executivo Municipal ou será Lei de Iniciativa da Câmara Municipal, como é o caso de fixação do subsídio de uma legislatura para a subsequente?"

Conforme consta, os autos foram recebidos em Gabinete, na data de **08.05.14** (fl. 02), seguindo na mesma data à Diretoria de Apoio aos Municípios – DAM, conforme despacho à fl. 03, dado o permissivo contido no **art. 300, §4º, do RITCM-PA** (Ato n.º 16/2013), para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes deste TCM-PA, que atendessem à solicitação em questão, a qual foi tempestivamente elaborada e juntada aos autos, às fls. 06/12, por meio do **Parecer n.º CMS-002/2014-DAM/TCM¹**, que torno parte integrante do presente relatório.

¹ PROCESSO N°	201407792-00
INTERESSADO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
ASSUNTO:	REVISÃO DE AGENTES POLÍTICOS DO EXECUTIVO
PARECER N°	CMS 002/2014-DAM/TCM

Exma. Sra. Conselheira MARA LÚCIA,

O Procurador Geral do Município de Vitória do Xingu, Dr. Arnaldo Santos da Cruz, pergunta: ***"Tratando-se de Revisão Geral Anual e não de fixação, o subsídio do Prefeito, Vice Prefeito e Secretário Municipal, será recomposto mediante Lei de iniciativa do Executivo Municipal ou será Lei de iniciativa da Câmara Municipal, como é o caso de fixação de subsídio de uma legislatura para a subsequente?"***

Sendo o que tínhamos a relatar, passamos a emitir:

PARECER



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Esta matéria foi habilmente tratada na Consulta nº 811.256, feita ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tendo sido Relatora a Excelentíssima Senhora Conselheira Adriene Andrade.

Passamos a transcrever excertos do Parecer da Exma. Sra. Conselheira.

“A revisão geral anual encontra-se prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

X — a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

De acordo com esse dispositivo constitucional, constata-se que a revisão geral anual é obrigatória e se constitui em direito subjetivo dos servidores públicos e dos agentes políticos, sendo um instrumento que visa, unicamente, rever o poder aquisitivo da remuneração ou subsídio em decorrência da desvalorização da moeda, ocasionada pela inflação.”

“Ocorre que, assim como para a fixação dos valores da remuneração e dos subsídios, a revisão geral anual deve respeitar a iniciativa privativa de legislar, para cada caso.

Em observância ao princípio da harmonia e independência entre os Poderes da República e à autonomia dos entes federados, é necessário garantir e respeitar a diferenciação quanto à estrutura funcional de cada um dos entes e órgãos componentes da Federação.

Nesse sentido, estabeleceu a Constituição Federal regras próprias para a regulamentação dos sistemas de remuneração dos agentes públicos, outorgando a autoridades distintas a competência para, sobre eles, disporem.

No art. 29, inciso V, da CR/88, atribuiu-se à Câmara Municipal a iniciativa de lei para fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais. De igual forma, no art. 29, inciso VI, do diploma constitucional, outorgou-se à Câmara a competência para fixar o subsídio dos vereadores que pode ser realizada mediante resolução ou lei de iniciativa da Câmara.

Já no que se refere aos Servidores Públicos, cada órgão possui autonomia para dispor sobre a criação de cargos, organização em carreira e estabelecimento de remuneração, sempre realizados mediante lei específica de iniciativa privativa do Chefe do respectivo Poder. Assim, para a regulamentação do sistema remuneratório dos servidores do Poder Legislativo, no âmbito municipal, compete ao Presidente da Câmara a iniciativa de projeto de lei que vise qualquer forma de acréscimo em sua remuneração; para os servidores do Poder Executivo, de igual forma, a competência da iniciativa de lei pertence ao Chefe do Executivo local, haja vista a aplicação do princípio da simetria constitucional e a previsão contida nos arts. 51, inciso IV, e 61, § 1º, inciso II, a, da Constituição Federal.”



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

“Quanto ao sentido da expressão contida no inciso X do art. 37 da Constituição Federal *“sempre na mesma data e sem distinção de índices”*, esclareça-se que essa homogeneidade de tratamento refere-se ao âmbito de cada Poder, pois a cada um deles foi atribuída competência privativa para regulamentar sobre seus próprios agentes públicos. Descaberia, por exemplo, fixar-se um determinado percentual de revisão para os subsídios dos vereadores e outro diferente para a remuneração dos servidores do Legislativo local, haja vista serem ambos agentes públicos pertencentes ao mesmo órgão.

Para revisão do valor do subsídio percebido pelos Vereadores, cabe a propositura de lei de iniciativa da Câmara ou de resolução visando a tal fim, da mesma forma que compete aos Edis a propositura de uma lei visando readequar o valor nominal dos subsídios percebidos pelo Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.”

Acrescentamos, respeitosamente, a reiterada manifestação da Diretoria de Apoio aos Municípios à matéria:

Cabe distinguir o instituto da **Revisão**, previsto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e o instituto do **Reajuste**.

A Prof^a. Maria Sylvia Zanella di Pietro esclarece da seguinte maneira:

“A revisão anual, presume-se que tenha por objetivo atualizar as remunerações de modo a acompanhar a evolução do poder aquisitivo da moeda; se assim não fosse, não haveria razão para tornar obrigatória a sua concessão anual, no mesmo índice e na mesma data para todos. Essa revisão anual constitui direito dos servidores, o que não impede revisões outras, feitas com o objetivo de reestruturar ou conceder melhorias a carreiras determinadas, por outras razões que não a de atualização do poder aquisitivo dos vencimentos e subsídios (grifos nossos).”¹

Tal entendimento se encontra em consonância com a Prof^a. Carmen Lúcia Antunes Rocha *apud* Diógenes Gasparini:

“A revisão geral distingue-se do reajuste. Com efeito, ensina Carmen Lúcia Antunes Rocha (Princípios constitucionais dos servidores públicos, São Paulo, Saraiva, 1999, p. 323) que: ... enquanto aquela implica examinar de novo o quantum da remuneração para adaptá-lo ao valor da moeda, esse importa em alterar o valor para ajustá-lo às condições ou ao custo de vida que se entende dever guardar correspondência com o ganho do agente público”.¹

Portanto, **revisão corresponde à reposição de perdas inflacionárias de modo a restaurar o poder aquisitivo do vencimento do servidor e do subsídio do agente político**. Afinal, a inflação atinge a todos indistintamente, gerando a necessidade de recompor o valor do rendimento do trabalho de todos aqueles que o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello denomina *agentes públicos*, gênero do qual os servidores públicos e os agentes políticos são espécies¹.

A obra do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles também aborda o supracitado instituto como extensivo aos agentes políticos:

“... a parte final do inciso X do art. 37, na redação da EC 19, assegura “revisão geral, anual, sempre na mesma data e sem



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

É o relatório.

VOTO

*distinção de índices", dos vencimentos e dos subsídios. A revisão já era prevista pela mesma norma na sua antiga redação, que, todavia, não a assegurava. Agora, no entanto, na medida em que o dispositivo diz que a revisão é "assegurada", trata-se de verdadeiro direito subjetivo do servidor e do agente político (grifos nossos)."*¹

Portanto, não se trata de faculdade do Poder Público, mas sim de obrigatoriedade decorrente de imposição constitucional, havendo disponibilidade de recursos e respeitados os limites constitucionais e infra-constitucionais de despesas.

Os Tribunais de Contas dos Estados de Santa Catarina (Processo CON-02/03063503) e do Rio Grande do Sul (Processo nº 4.182-02.00/01-5) já decidiram pela possibilidade jurídica de revisão dos subsídios de agentes políticos, desde que — nos exatos termos constitucionais — seja, obrigatoriamente, concedida na mesma data e no mesmo índice da revisão dos vencimentos dos servidores públicos. Portanto, **agente político somente pode ser beneficiado pelo instituto constitucional da revisão se, e somente se, os servidores do mesmo poder também tiverem os seus vencimentos revistos na mesma data e pelo mesmo índice.**

Se o ato de fixação dos vencimentos dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos, **cadastrado neste Tribunal**, estiver consubstanciado em uma lei, a revisão, obrigatoriamente, terá de ser feita através de lei. Entretanto, se o ato de fixação, cadastrado neste Tribunal, trata-se de resolução, admitir-se-á a validade da revisão procedida através de outra resolução.

Se a fixação dos vencimentos dos servidores constar de Ato distinto do que fixou subsídios para os agentes políticos, a revisão também far-se-á através de Atos diferentes.

A Câmara Municipal procede à revisão somente no seu âmbito interno. Da mesma forma, a revisão concedida pelo Executivo somente beneficiará aos agentes públicos vinculados ao mesmo.

O Ato de Revisão deve especificar o índice quanto à fonte (se é o IPCA ou o IGPM ou qualquer outro) e período (inflação acumulada de dia/mês/ano a dia/mês/ano).

Em todo caso, há que se observar os limites de despesa com pessoal previstos na Constituição Federal, art. 37, XI e na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 20, III, "b".

É o Parecer.

s.m.j.

Belém, 21 de maio de 2014.

CLEBER MESQUITA DOS SANTOS
Analista de Controle Externo
Diretor-Adjunto de Apoio aos Municípios
Matrícula 500000367



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas nos **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012²**, sendo formulada em tese, por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, cabe inicialmente destacar que a fixação de subsídios aos agentes políticos, bem como a revisão destes valores, estão devidamente regulamentadas pela Constituição Federal, no que destaco o **art. 29, V e VI³; art. 37, X, XI e XII⁴; art. 51, IV⁵ e art. 61, §1º, II, alínea a⁶**, transcritos em nota de rodapé, dada sua pertinência temática.

² XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dívida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno.

³ Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos.

⁴ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

⁵ Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

⁶ Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Nos termos da transcrita normatização constitucional, cumpre-me buscar a distinção de cada instrumento e sua correta formalização, de acordo com o objetivo insculpido, a qual traçando linhas mais didáticas, sintetizo-os nos seguintes termos:

	OBJETO	ATO	COMPETÊNCIA	FUNDAMENTAÇÃO
ATOS DE FIXAÇÃO	Fixação dos subsídios de Prefeitos, vice-Prefeitos e Secretários Municipais.	LEI ESPECÍFICA	Prerrogativa da Câmara Municipal.	Art. 29, V, da CF/88.
	Fixação dos subsídios dos Vereadores.	LEI ESPECÍFICA ou RESOLUÇÃO	Prerrogativa da Câmara Municipal.	Art. 29, VI, da CF/88.
	Fixação da remuneração dos Servidores do Executivo Municipal.	LEI ESPECÍFICA	Prerrogativa do Chefe do Executivo Municipal.	Art. 37, X, c/c Art. 61, §1º, II, "a", da CF/88.
	Fixação da remuneração dos Servidores do Legislativo Municipal.	LEI ESPECÍFICA	Prerrogativa da Câmara Municipal.	Art. 37, X, c/c Art. 51, IV, da CF/88.
ATOS DE REVISÃO	Revisão dos subsídios de Prefeitos, vice-Prefeitos e Secretários Municipais.	LEI ESPECÍFICA	Prerrogativa da Câmara Municipal.	Art. 37, X, da CF/88.
	Revisão dos subsídios dos Vereadores.	LEI ESPECÍFICA ou RESOLUÇÃO	Prerrogativa da Câmara Municipal.	Art. 37, X, da CF/88.
	Revisão da remuneração dos Servidores do Executivo Municipal.	LEI ESPECÍFICA	Prerrogativa do Chefe do Executivo Municipal.	Art. 37, X, c/c Art. 61, §1º, II, "a", da CF/88.
	Revisão da remuneração dos Servidores do Legislativo Municipal.	LEI ESPECÍFICA	Prerrogativa da Câmara Municipal.	Art. 37, X, c/c Art. 51, IV, da CF/88.

Das indicações acima pontuadas, emergem alguns paradigmas que entendo como fundamentais, para compreensão das prerrogativas legislativas e dos instrumentos normativos exigidos, tal como seguem:

- A revisão geral anual, tal como prevista pela Constituição Federal, importa na observância do limite estabelecido na recomposição das perdas inflacionárias, anualmente apuradas, no que qualquer valor que ultrapasse tal limite importa em aumento real, o que é vedado aos agentes políticos, no curso da legislatura.
- Dada sua vinculação à recomposição de perdas inflacionárias, o Ato legal que vier a instituir a revisão geral anual, **deverá conter precisamente o período de apuração e o índice oficial aplicado**, sob pena de glosa da despesa e possibilidade de rejeição da prestação de contas.
- O **art. 37, X, da CF/88** exige expressamente que, para recomposição das perdas inflacionárias (revisão geral) devidas aos servidores públicos do executivo e legislativo, bem como para os agentes políticos do executivo, que a mesma seja instituída por meio de Lei Específica, a qual se excepciona aos *Edis*, dada a aplicação do princípio da simetria das formas, dada a possibilidade de fixação dos seus subsídios, por meio de Resolução.
- Com base nos princípios da harmonia e independência entre os poderes públicos municipais, compete a cada um a propositura de Lei para aplicação da revisão geral anual aos servidores a ele vinculados, ou seja, caberá ao Chefe do Executivo a propositura de Lei que altere os vencimentos de seus servidores, enquanto que para os servidores do Poder Legislativo, a prerrogativa na propositura de Lei é da Câmara Municipal, sendo exigido, em ambos os casos, a utilização de lei em sentido estrito, em respeito à exigência do **art. 37, X, da CF/88**.
- Quanto à fixação dos subsídios dos vereadores e a incidência da revisão geral anual, respeitados os demais limites constitucionais, dada sua prerrogativa legislativa, poderá o mesmo ser feito através de lei específica ou de Resolução, sendo que, no caso da revisão,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

está fica limitada e condicionada à prévia concessão aos demais servidores do legislativo municipal.

- f) Quanto à fixação dos subsídios dos agentes políticos do executivo municipal, dado a expressa previsão constitucional (**Art. 29, V, da CF/88**), assiste competência privativa à Câmara Municipal, acerca da prerrogativa para proposição de Lei, razão pela qual, utilizando-se do princípio da simetria das formas, a concessão da revisão geral anual, igualmente deverá ser operacionalizada por meio de proposta de Lei, oriunda da Câmara Municipal, a qual deverá respeitar os índices e datas estipulados pela norma legal que conceder tal revisão aos servidores públicos do executivo municipal.
- g) Tendo em vista a competência da Câmara Municipal, para proposição de lei que aplique a revisão geral anual aos agentes políticos do executivo municipal, caberá ao Legislativo previamente oficiar ao Chefe do Executivo, com vistas à aferição de capacidade orçamentária/financeira para a mesma majoração, evitando-se que os valores atualizados, ainda que em consonância com a revisão geral aplicada aos servidores do executivo, possa trazer implicações quanto ao descumprimento de limites de gastos com pessoal.
- h) Considerando a diversidade de prerrogativas para iniciativa do projeto de lei que aplique a revisão geral anual aos agentes políticos do Executivo Municipal e dos servidores daquele Poder Municipal, fica vedada a utilização do mesmo instrumento legal para aplicação da recomposição inflacionária aos indicados agentes e aos demais servidores do executivo.

Tecidas tais considerações, com vistas à resposta objetiva do questionamento apresentado pelo Consulente, pontuo-a, nos seguintes termos:

01 – A recomposição das perdas inflacionárias, devida aos agentes políticos do executivo municipal (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais), deverá ser procedida por meio de Lei Específica, cuja prerrogativa legislativa está assentada junto à Câmara Municipal, a qual deverá observar fielmente as datas e índices estabelecidos pela Lei Municipal que conceder a revisão remuneratória aos demais servidores vinculados ao Executivo Municipal, em tudo atendidos os preceitos instituídos pelo art. 37, X c/c art. 29, V, ambos da CF/88.

Por fim, considerando que a matéria em debate não vem recebendo entendimento unânime nesta Corte de Contas⁷, destacadamente quanto às decisões que relevam a irregularidade relativa à exigência de Lei Específica, para a concessão da revisão geral anual aos servidores públicos e aos agentes políticos do Executivo Municipal, no caso deste Douto Plenário acolher à unanimidade a presente manifestação, recomendo, por fim, que a mesma seja adotada como Instrução Normativa, a teor do vigente **art. 114, do RITCM-PA**, que transcrevo: **"as consultas, cujas decisões de Plenário forem unâнимes, terão caráter normativo, após sua publicação no Diário Oficial do Estado, constituindo-se em prejudgado da tese"**.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

⁷ Exemplificativamente, destaco a **Resolução n.º 11.464/2014-TCM** (Proc. 201400524-00), onde foi negado cadastramento a **Resolução n.º 002/2014**, que aplicou reajuste aos servidores da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, em contraposição à **Resolução n.º 11.506/2014-TCM**, onde foi aprovado o cadastramento da **Resolução n.º 01/2014** (Proc. 201405483-00), que aplicou reajuste aos servidores da Câmara Municipal de Bujaru.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **05 de junho de 2014**.


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Processo n.º: 201407792-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu

Interessado: Arnaldo Santos da Cruz

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU. COMPETÊNCIA DA INICIATIVA LEGISLATIVA PARA ALTERAÇÃO REMUNERATÓRIA PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E AGENTES POLÍTICOS. COMPETÊNCIA. PREVISÃO NORMATIVA NOS TERMOS DOS ARTIGOS 29, V E VI; 37, X; 51, IV E 61, §1º, II, ALÍNEA "a", TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXIGÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA ALTERAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E DO SUBSÍDIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO E REVISÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES ATRAVÉS DE RESOLUÇÃO. APROVAÇÃO. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar a CONSULTA**, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às **fls. 14-23**, que passam a integrar esta decisão. Conversão da resposta à consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **05 de junho de 2014**.

Conselheiro **Aloísio Chaves**
Presidente da Sessão

Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Sergio Leão e Procuradora Maria Regina Cunha.